

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 5193/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim nos dias 9 e 10.10.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5194/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 12ª Zona Eleitoral nos dias 9 e 10.10.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5195/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça de Coxim nos dias 9 e 10.10.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Victor Leonardo de Miranda Taveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5196/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste no período de 31.10 a 10.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5197/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral no período de 31.10 a 10.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5198/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí no dia 10.10.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5199/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça de Naviraí no dia 10.10.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5200/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo César Zeni, atualmente exercendo a função de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 76ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande nos dias 9 e 10.10.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5184/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 19.9.2023, as férias regulamentares do Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro concedidas por meio da Portaria nº 3087/2023-PGJ, de 16.6.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5160/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Manoel Veridiano Fukuara Rebello Pinho 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 14.4.2018 a 13.4.2023, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00009559-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5208/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pelo Promotor de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (PGA nº 09.2023.00009793-9):

CONTRIBUIÇÃO	TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
Agência de Previdência de Mato Grosso do Sul – AGEPREV-MS (RPPS)	2 anos e 26 dias (756 dias)	29.3.2010 a 22.4.2012	Delegado de Polícia	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP-MS)
Paranaprevidência	8 anos, 10 meses e 5 dias (3.225 dias)	23.4.2012 a 25.2.2021	Consultor Jurídico	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJ-PR)

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5161/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva 3 (três) meses de licença-prêmio por assiduidade, referentes ao quinquênio de 8.8.2005 a 7.8.2010, nos termos dos artigos 139, inciso XII, e 160 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994 (PGA nº 09.2023.00009855-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5159/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto 5 (cinco) dias de folga compensatória nos dias 9 e 10.11.2023 e no período de 22 a 24.11.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023; e tornar sem efeito a Portaria nº 3416/2023-PGJ, de 29.6.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5185/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-625/2023-PGJ, de 2.6.2023, que concedeu férias remanescentes ao Procurador de Justiça Gerardo Eriberto de Moraes, de forma que, onde consta: "Período – 16 a 25.10.2023", passe a constar: "Período – 6 a 15.11.2023".

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5164/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 9 e 10.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2020, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5171/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, atualmente exercendo o cargo de Secretária-Geral do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenadoria da Secretaria do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, CI, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul no dia 29.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5172/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa, atualmente exercendo o cargo de Secretária-Geral do Ministério Público, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenação das Atividades de Segurança Institucional no dia 29.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo de Melo Alves.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5173/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça 2, Assep 2, no dia 29.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5174/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias, Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Coordenadoria da Secretaria de Desenvolvimento de Apoio às Atividades de Execução, Daex, no dia 29.9.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5175/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande no período de 23 a 27.10.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5176/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Pedro Arthur de Figueiredo, conforme quadro abaixo; e tornar sem efeito a Portaria nº 4651/2023-PGJ, de 28.8.2023.

MEMBRO	DATA
Rodrigo Yshida Brandão	24.8 a 8.10.2023 e 11 a 22.10.2023
José Arturo Iunes Bobadilla Garcia	9 e 10.10.2023

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5177/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo César Zeni, atualmente exercendo a função de Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande nos dias 9 e 10.10.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5178/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Magno Oliveira João para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã nos dias 9 e 10.10.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5179/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Terenos nos dias 9 e 10.9.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5180/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Guilherme Pereira Diniz Penna para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Costa Rica no período de 16.10 a 4.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Cassio Tiosso Abbud.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5181/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Guilherme Pereira Diniz Penna, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 38ª Zona Eleitoral no período de 16.10 a 4.11.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça George Cassio Tiosso Abbud.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5182/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de São Gabriel do Oeste nos dias 9 e 10.10.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5166/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Jiskia Sandri Trentin 1 (um) dia de folga compensatória no dia 20.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2021, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5167/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Renzo Siufi 17 (dezessete) dias de férias remanescentes no período de 11 a 27.3.2024, referentes aos períodos aquisitivos 2019/2020 e 2020/2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5165/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva 2 (dois) dias de folga compensatória nos dias 9 e 10.10.2023, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5163/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Antenor Ferreira de Rezende Neto, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos Autos nº 0900532-76.2023.8.12.0019, em trâmite perante a 2ª Vara Criminal da comarca de Ponta Porã.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5215/2023-PGJ, DE 26.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 5788/2022-PGJ, de 23.11.2022, com suas modificações, que estabeleceu a escala de plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande referente ao ano de 2023, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
9 (19h01min) a 16.10.2023 (11h59min)	Lívia Carla Guadanhim Bariani
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	Rodrigo Yshida Brandão

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
16 (19h01min) a 23.10.2023 (11h59min)	Pedro Arthur de Figueiredo



- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
9 (19h01min) a 16.10.2023 (11h59min)	Paula da Silva Volpe
4 (19h01min) a 11.12.2023 (11h59min)	Pedro Arthur de Figueiredo

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
16 (19h01min) a 23.10.2023 (11h59min)	Rodrigo Yshida Brandão

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5201/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, responderem pela 4ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa, conforme quadro abaixo:

MEMBRO	DATA
Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	10.10.2023
Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	9.10.2023 e 11 a 20.10.2023

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5202/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 2ª Zona Eleitoral, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa, conforme segue:

MEMBRO	DATA
Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	10.10.2023
Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada	9.10.2023 e 11 a 20.10.2023

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5203/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba nos dias 9 e 10.10.2023, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Juliana Nonato.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5204/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Anastácio no dia 16.10.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5205/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 49ª Zona Eleitoral no dia 16.10.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5206/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça José Maurício de Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Dois Irmãos do Buriti no dia 16.10.2023, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5186/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E:

Conceder à servidora Paula Rogéria Gama Santos, ocupante do cargo em comissão de Assessora de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 3ª Procuradoria de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, a prestação de suas atribuições fora do órgão originário de lotação e das dependências do Ministério Público Estadual, na modalidade de teletrabalho, em âmbito nacional, a contar de 8.1.2024, pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos dos artigos 1º, § 2º, e 4º da Resolução nº 31/2018-PGJ, de 7.12.2018 (PGA nº 09.2023.00009593-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5187/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E:

Designar as seguintes servidoras do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais da Nota de Empenho nº 2023NE004524, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Luana Rotta Vollkopf Curto, Chefe do Núcleo de Apoio Administrativo 2; 2) Fiscal Administrativa – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 2.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I; 3) Fiscal Técnica – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 3.1) Suplente – Léa Catarina Iunes Garcia, Técnica I (PGA nº 09.2023.00009859-3).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5211/2023-PGJ, DE 25.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,
R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 3754/2022-PGJ, de 25.7.2022, na parte que designou servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como fiscais técnicos do Contrato nº 206/PGJ/2021, de forma que, onde consta: “3) Fiscal Técnico – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica; 3.1) Suplente – Otávio Jamal Urt, Analista/Administração”, passe a constar: “3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Gabriela Bernardes Lima, Chefe do Núcleo de Obras e Serviços de Engenharia” (PGA nº 09.2023.00000664-7 – PGJ/10/1113/2021).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 5216/2023-PGJ, DE 26.9.2023**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 56/PGJ/2023, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnica – Bruna Natielly Dutra Santana, Assessora Jurídica; 3.1) Suplente – Joana Maria Diedrich, Chefe do Departamento de Apoio Administrativo da ESMP (PGA nº 09.2023.00006325-0).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 5214/2023-PGJ, DE 26.9.2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o servidor Flávio Sobreira Aquino, Chefe do Núcleo de Rádio e TV, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar os serviços do Cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça como membro temporário, passando a equipe a ter a seguinte composição: Ariani Mortari Busaneli Vilharba, Beatriz Almeida Ribeiro, Camila Castro Ramos, Elias Vitorino Filho, Fernanda Carneiro de Jesus, Fernando Resstel Corrêa Junior, Flávio Sobreira Aquino (membro temporário), Izabela Gama Todt, Jonathas Santos de Oliveira, Josiane Sanches de Mamann Zillo, Karla Karoline Assumpção Cavalcante, Luiz Leonardo Villalba, Matheus Córdoba Caramalac (membro temporário), Milton Estevão Corrêa e Murillo Andrade Yazbek.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 5189/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lailene Couto Penteado, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 75ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços ao Núcleo da Cidadania no período de 16 a 25.10.2023, em razão de afastamento da servidora Claudia Regina Mendonça Evangelista, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 5191/2023-PGJ, DE 25.9.2023**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Ana Emília Alves Barbosa, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 11ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 8ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 16 a 25.10.2023, em razão de afastamento da servidora Paola Reginato Pereira, Técnica II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5209/2023-PGJ, DE 25.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Camila Castro Ramos, ocupante do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Jurídico ao Procurador-Geral de Justiça no período de 20 a 29.9.2023, em razão de afastamento da titular, Cristhiane Bergmaier.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 5210/2023-PGJ, DE 25.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Daniel Célio Fernandes Costa Matos, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça de Fátima do Sul, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 22.9, 9 e 10.10.2023, em razão de afastamento do servidor Paulo Henrique Sanches, Assessor Jurídico.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-1097/2023-PGJ, DE 26.9.2023

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Catarina Andres Caram Guimaraes, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença casamento, no período de 22 a 29.9.2023, nos termos da alínea “a” do inciso III do artigo 171, e do inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS NA 16ª SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL INICIADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2023.****2. Ordem do dia:****2.1. Comunicação de Acordo de Não Persecução Cível firmado em Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios, celebrado na fase judicial, submetido à homologação do respectivo juízo, para fins de registro, conforme artigo 6º, § 5º da Resolução nº 3/2021-CPJ, de 31.5.2021:****1. Inquérito Civil nº 06.2023.00000726-8 – SIGILOSO**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui

Advogado: Maurício Nogueira Rasslan – OAB/MS nº 6.921.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pela aprovação do Acordo de Não Persecução Cível e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, a fim de que se viabilize a homologação judicial, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**2.2.1. RELATORA-CONSELHEIRA IRMA VIEIRA DE SANTANA E ANZOATEGUI:****1. Procedimento Preparatório nº 06.2022.00001596-4**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Fernanda Monteiro da Silva

Requerido: Luciel Monteiro da Cunha

Assunto: Apurar eventual prática de incêndio no Rancho Morada do Sol.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - MEIO AMBIENTE COMARCA DE COXIM - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE INCÊNDIO NO RANCHO MORADA DO SOL - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - REALIZAÇÃO DE VISTORIAS *IN LOCO* PELA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, haja vista que a Polícia Militar Ambiental constatou que não há indícios de incêndio no Rancho Morada do Sol, inexistindo dano ambiental que enseje a atuação ministerial. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003408-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Prefeitura Municipal de Bela Vista e Construapa Construtora Eireli

Assunto: Apurar supostas irregularidades no Processo Administrativo n. 078/2017, Dispensa de Licitação n. 031/2018.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BELA VISTA – APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 078/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 031/2018 - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO CONTRATO CELEBRADO - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que não foram constatadas irregularidades que configurem a prática de atos de improbidade administrativa pelo Município de Bela Vista, ante a inexistência de vícios no Processo Administrativo n. 078/2017, dispensa de licitação n. 031/2028. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000978-7**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Alexandre Luiz Fabre

Requerido: Município de Miranda

Assunto: Apurar a ausência de drenagem no Bairro Nossa Senhora Aparecida, em Miranda, bem como eventuais danos ocasionados à coletividade e saúde pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE MIRANDA – APURAR A AUSÊNCIA DE DRENAGEM NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, BEM COMO EVENTUAIS DANOS OCASIONADOS À COLETIVIDADE E SAÚDE PÚBLICA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL ACATADA – ADOÇÃO DE MEDIDAS CORRETIVAS PELA GESTÃO MUNICIPAL – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o Município de Miranda acatou a recomendação ministerial e adotou as providências sugeridas pelo DAEX para sanar as irregularidades constatadas no local, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

4. Inquérito Civil nº 06.2019.00001299-2

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual utilização indevida de recursos da Prefeitura Municipal de Nioaque em prol do Frigorífico BXB, bem como favorecimentos de Vereadores e parentes de Vereadores pela Prefeitura de Nioaque.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NIOAQUE – APURAR EVENTUAL UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NIOAQUE EM PROL DO FRIGORÍFICO BXB, BEM COMO FAVORECIMENTOS DE VEREADORES E SEUS PARENTES PELA PREFEITURA DE NIOAQUE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - IRREGULARIDADES NÃO CONSTATADAS - AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE CARACTERIZEM A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Compulsando os autos, verifica-se que não foram constatadas irregularidades que configurem a prática de atos de improbidade administrativa pelo Município de Nioaque, eis que restou demonstrado que a cessão de bens e servidores municipais ao Frigorífico BXB possui respaldo na legislação municipal. Por outro lado, os elementos acostados aos autos não comprovaram o suposto favorecimento a vereadores pela Prefeitura de Nioaque. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

5. Inquérito Civil nº 06.2021.00000420-8

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Jardim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luis Landes da Silva de Pereira

Assunto: Apurar irregularidades ambientais na Fazenda Divisa, que margeia o Rio da Prata, de propriedade de Luis Landes da Silva Pereira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – COMARCA DE JARDIM - APURAR IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NA FAZENDA DIVISA, QUE MARGEIA O RIO DA PRATA, SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização da situação jurídico-ambiental do imóvel, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, inexistindo outras medidas a serem adotadas no presente procedimento. 2. Além disso, instaurou-se o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007857-5, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, visando acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral das cláusulas do TAC. 3. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

6. Inquérito Civil nº 06.2022.00000357-9

34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande



Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a falta de inscrição da propriedade Fazenda Sinuelo I, matrícula 228.804, no Cadastro Ambiental Rural, o que, em tese, descumpra o art. 29, §3º, do Código Florestal.

Advogadas: Renata Garcia Ceolin – OAB/MS nº 15.251 e Camila Garcia Ceolin – OAB/MS nº 12.252.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MEIO AMBIENTE – COMARCA DE CAMPO GRANDE - APURAR A FALTA DE INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE DENOMINADA “FAZENDA SINUELO I” NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS -IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS – COMPROVAÇÃO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR/MS -ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, haja vista que foi sanada a irregularidade

constatada no Parecer nº 225/21/Nugeo, por meio da comprovação de inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural – CAR. 2. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Irma Vieira de Santana e Anzoategui.

2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00001617-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Piuva

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Piuva de propriedade de Paulo Simões de Lima e outra, às margens do Rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE BELA VISTA - RELATÓRIO TÉCNICO DE VISTORIA AMBIENTAL ORIUNDO DO DAEX - APURAR DANO AMBIENTAL NA FAZENDA PIUYA – EROSÃO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE – AUSÊNCIA DE CERCAMENTO - REALIZAÇÃO DE TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA.

1. Trata-se de Inquérito Civil, inicialmente instaurado para apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Piuya de propriedade de Paulo Simões de Lima e Outra, as margens do Rio Apa, relativos a constatação de processos erosivos avançados em determinadas áreas, incluindo a Área de Preservação Permanente, a qual não havia cercamento para impedir a recomposição da flora. 2. Cumpre destacar que, o artigo 3º da Resolução nº 005/CPI/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça, passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. 3. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 06.2018.00001617-3 no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2021.00000489-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rocco Latronico

Assunto: Apurar a ausência de 41,52 hectares para composição de Reserva Legal de modo a atender o mínimo legal de 20%, bem como 7,65 hectares de áreas declaradas como Reserva Legal que fazem parte da Área de Preservação Permanente, com base no Cadastro Ambiental Rural nº 0002596, referente à Fazenda São João, em Angélica, conforme Parecer n. 012/2020 CEIPPAM/LASANGE - UEMS (Programa SOS Rios – Projeto Córrego Engano).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ANGÉLICA (MS) - MEIO AMBIENTE – PROJETO SOS

RIOS – CÓRREGO ENGANO - FAZENDA SÃO JOAO - APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES JURÍDICO AMBIENTAIS – DÉFICIT NA COMPOSIÇÃO DA RESERVA LEGAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – ENUNCIADO 03 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para verificar a suposta irregularidade jurídico-ambiental ocorrida na fazenda São João, em Angélica (MS), uma vez, o parecer n. 012/2020 CEIPPAM/LASANGE - UEMS (programa sos rios - projeto córrego engano) indicou a ausência de 41,52 hectares para composição de reserva legal de modo a atender o mínimo legal de 20%, bem como 7,65 hectares de áreas



declaradas como reserva legal que fazem parte da área de preservação permanente, com base no cadastro ambiental rural nº 0002596. Tendo em vista que o programa SOS RIOS, funda-se principalmente na garantia da segurança jurídica das propriedades, no que diz respeito, especialmente, à regularização das áreas com passivo ambiental, constituindo mecanismo imprescindível para a preservação do ecossistema global, denota-se que seu objetivo foi cumprido, diante da adesão por parte dos requeridos, ao programa MS Sustentável, (fls.53/54). Destarte, considerando adoção integral das medidas recomendadas pelo CEIPPPAM, esgotado o objeto do feito, em atenção ao art.26, caput, da Resolução 15/2007-PGJ do Ministério Público de Mato Grosso do Sul tem-se que o arquivamento é medida que se impõe. Assim, vota-se pela homologação da promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Antonio Siuffi Neto.

2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EVALDO BORGES RODRIGUES DA COSTA:

1. Inquérito Civil nº 06.2019.00001078-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Ronan Zocal Krug.

Assunto: Apurar dano ambiental na Fazenda Corredeira do Indaiá, no município de Chapadão do Sul, consistente em supressão vegetal de espécie protegida, bem como promover a recuperação da área e a compensação ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CHAPADÃO DO SUL/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA “FAZENDA CORREDEIRA DO INDAIÁ”, CONSISTENTE EM SUPRESSÃO VEGETAL DE ESPÉCIE PROTEGIDA, BEM COMO PROMOVER A RECUPERAÇÃO DA ÁREA E A COMPENSAÇÃO AMBIENTAL FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00007633-3 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o "Termo de Ajustamento de Conduta" celebrado às fls. 244/248, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007633-3 (fl. 257) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2. Inquérito Civil nº 06.2023.00000074-2

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul - FFMS

Assunto: Apurar as condições de segurança do torcedor no Estádio Jacques da Luz - "Moreninha", localizado na cidade de Campo Grande/MS, o qual seria utilizado na competição desportiva referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional - Série A - Edição 2023.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 25ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TORCEDOR NO ESTÁDIO MUNICIPAL JACQUES DA LUZ “MORENINHA” - CAMPEONATO SUL-MATO-GROSSENSE DE FUTEBOL PROFISSIONAL “SÉRIE A - EDIÇÃO 2023” - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Compulsando-se os autos, constata-se a ausência de fundamento para a manutenção do presente feito, haja vista o término do campeonato de futebol sediado no Estádio "Jacques da Luz" “Moreninha”, realizado dentro das normas legais pertinentes e em observância ao recomendado pelo Parquet. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000324-9

42ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Histórico e Cultural da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual



Requeridos: Município, Alex Bortotto Garcia, Melki Bortotto Garcia, Max Henrique Bortotto Garcia, Erosuari Bortotto Garcia Lopes, Mário Eduardo Ennes Miranda Bortotto Garcia e Liliane Ennes Miranda Bortotto Garcia

Assunto: Apurar danos estruturais que comprometam a preservação da construção e as condições de segurança contra incêndio e pânico em imóvel de interesse histórico e cultural denominado Loja Maçônica Estrela do Sul, localizada na Rua José Antônio, Centro, Campo Grande/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 42ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAÇÃO DOS DANOS ESTRUTURAIS QUE COMPROMETAM A PRESERVAÇÃO DA CONSTRUÇÃO E AS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO EM IMÓVEL DE INTERESSE HISTÓRICO E CULTURAL DENOMINADO “LOJA MAÇÔNICA ESTRELA DO SUL” - DILIGÊNCIAS PROMOVIDAS - IRREGULARIDADES DEVIDAMENTE CORRIGIDAS - OBTENÇÃO DO CERTIFICADO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR Nº 1774/SAT/6ºGBM/2023, COM VALIDADE ATÉ 04.05.2024 - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No fito de averiguar a verdade dos fatos, diversas providências foram tomadas, oportunidade em que o Corpo de Bombeiros de Mato Grosso do Sul informou que realizada vistoria no local em referência, o imóvel se encontra em bom estado de conservação, sendo considerada necessária apenas a instalação de corrimão conforme Notificação n. 247/SAT/6ºGBM/2019 (fl. 145). Contudo, tem-se que os proprietários não puderam cumprir tal exigência, haja vista que a instalação de corrimão descaracterizaria a fachada do imóvel, o que não é autorizado pela SECTUR e vai de encontro a GDU 12/2020 da PLANURB. Ademais, o Corpo de Bombeiro Militar de Mato Grosso do Sul, informou que foi emitido o Certificado de Vistoria de Corpo de Bombeiros Militar n. 1774/SAT/6ºGBM/2023, com validade até 04 de maio de 2024. Promoção de arquivamento - homologação.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00001405-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Cleiton de Souza Benites e Reginaldo Farias Santos

Assunto: Apurar eventual dano ambiental em Área de Preservação Permanente em virtude da construção de rampa de lançamento de barcos na margem do Rio Correntes, em largura que suplanta o máximo permitido em lei, na propriedade denominada Condomínio Paraísopolis (região dos Bispos), conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 083/3ªCIA/BPMA.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SONORA/MS - APURAÇÃO DE EVENTUAL DANO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM VIRTUDE DA CONSTRUÇÃO DE RAMPA DE LANÇAMENTO DE BARCOS NA MARGEM DO RIO CORRENTES, EM LARGURA QUE SUPLANTA O MÁXIMO PERMITIDO EM LEI, NA PROPRIEDADE DENOMINADA “CONDOMÍNIO PARAISÓPOLIS” (REGIÃO DOS BISPOS) - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00007944-1 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. No curso do procedimento, verifica-se que o Termo de Ajustamento de Conduta celebrado às fls. 177/183, está em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos dos artigos 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007944-1 (fls. 195/197) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Dessa forma, tendo o Parquet instaurado o Processo Administrativo no SAJ/MP, para o acompanhamento e fiscalização do TAC, não remanescem providências a serem tomadas nestes autos.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Evaldo Borges Rodrigues da Costa.

2.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO ADHEMAR MOMBRUM DE CARVALHO NETO:

1. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2023.00003162-4

2ª Promotoria de Justiça Residual Criminal da comarca de Corumbá

Recorrente: Mabel Dias da Costa

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar a Representação de Mabel Dias da Costa, relatando possíveis ilegalidades praticadas por pessoa da família.



EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO. APURAR A REPRESENTAÇÃO DE MABEL DIAS DA COSTA, RELATANDO POSSÍVEIS ILEGALIDADES PRATICADAS POR PESSOA DA FAMÍLIA - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA O INÍCIO DAS INVESTIGAÇÕES - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Resta devidamente constatado que a recorrente não apresentou qualquer elemento de prova ou de informação mínimo para o início de uma apuração, possibilitando o arquivamento da Notícia de Fato com base no inciso IV, do

Artigo 11 da Resolução nº 15/2007-CPJ. 2. Faço menção ao destaque ponderado pela notável Promotora de Justiça Dra. Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, ao citar a barreira encontrada no caso em tela, contido no “§4º, do artigo 2º da Resolução de Nº 174/2014, de 04 de julho de 2017/CNMP, que dispõe o seguinte; “poderão ser criados mecanismos de triagem, atuação, seleção e tratamento das notícias de fato com vistas a favorecer a tramitação futura de procedimentos decorrentes, consoante critérios para a racionalização de recursos e máxima efetividade e resolutividade da atuação finalística, observadas as diretrizes do Planejamento Estratégico de cada ramo do Ministério Público. 3. Posto isso, confiro que a atuação da ilustre Promotora de Justiça em primeiro grau está de acordo com os ditames do artigo 11, inciso I e IV da Resolução de n. 015/2007 PGJ. Diante do exposto, voto pelo não provimento do recurso.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do recurso interposto pela recorrente, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00000458-1

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Aquidauana

Requerente: Márcio Jarbas Vicente

Requeridos: Câmara Municipal de Aquidauana

Assunto: Apurar denúncia feita por Márcio Jarbas Vicente, presidente da Associação dos Servidores da Câmara Municipal de Aquidauana, que aponta irregularidades que estariam acontecendo na Câmara Municipal no tocante à situação de seus funcionários.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DENUNCIA FEITA POR MARCIO JARBAS VICENTE, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA, QUE APONTA IRREGULARIDADES QUE ESTARIAM ACONTECENDO NA CÂMARA MUNICIPAL NO TOCANTE À SITUAÇÃO DE SEUS FUNCIONÁRIOS - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - CONCURSO PÚBLICO REALIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência dos atos de improbidade administrativa apontados na representação, muito em razão da perda superveniente do objeto ocasionada pela realização de concurso público no órgão investigado. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000627-9

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades na contratação dos serviços constantes no Contrato 0000001/2018 da Câmara Municipal de Caracol/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS CONSTANTES NO CONTRATO 0000001/2018 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARACOL/MS - DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS - NÃO RESTOU SUFICIENTEMENTE IDENTIFICADA QUALQUER LESÃO AO INTERESSE JURIDICAMENTE TUTELADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência dos atos de improbidade administrativa apontados na representação. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito, em razão do interesse do investigado em resolver a situação diligenciada pelo Órgão de Execução, não restando assim, a necessidade de continuação das apurações por encontrar-se esgotado o objeto. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.



Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

4. Inquérito Civil de nº 06.2020.00000501-4

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Theophilo Pereira da Silva Neto, Jesus Aparecido da Silva Nunes e Cleon Alberto Etges

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa referente à realização de abastecimento sem requisição mediante cartão de crédito “Taurus Card” utilizado pelos Secretários Municipais Teófilo Pereira da Silva Neto e Jesus Aparecido da Silva Nunes no posto de combustível “Real”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA REFERENTE À REALIZAÇÃO DE ABASTECIMENTO SEM REQUISIÇÃO MEDIANTE CARTÃO DE CRÉDITO “TAURUS CARD” UTILIZADA PELOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS TEÓFILO PEREIRA DA SILVA NETO E JESUS APARECIDO DA SILVA NUNES NO POSTO DE COMBUSTÍVEL “REAL” - NÃO RESTOU SUFICIENTEMENTE IDENTIFICADA QUALQUER LESÃO AO INTERESSE JURIDICAMENTE TUTELADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, depreende-se que os elementos probatórios encartados aos autos não possuem a capacidade de demonstrar a ocorrência dos atos de improbidade administrativa apontados na representação. 2. Se faz necessário ressaltar que as disposições da Lei de Improbidade Administrativa foram significativamente alteradas com o advento da Lei de nº 14.230/2021, principalmente pela exigência da presença de dolo específico para a configuração de todos os atos de improbidade e de efetiva comprovação de danos causados ao erário, o que não se vislumbra dos autos carreados a este feito. 3. Destaca-se por isso, a impossibilidade de propositura de Ação Civil Pública. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

5. Inquérito Civil nº 06.2023.00000165-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Vera Rita Loureiro Pinheiro Furlan, Fazenda Marilândia

Assunto: Apurar suposto dano ambiental constatado na propriedade denominada Fazenda Marilândia em Bela Vista/MS, sendo corte ilegal de 17 (dezessete) árvores vivas da essência florestal aroeira e 05 (cinco) árvores vivas da essência angico, conforme Relatório n. 27BTO400 do IBAMA, bem como relatório n. 016/2GPMA/BPMA/2022.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SUPOSTO DANO AMBIENTAL CONSTATADO NA PROPRIEDADE DENOMINADA FAZENDA MARILÂNDIA EM BELA VISTA/MS, SENDO CORTE ILEGAL DE 17 (DEZESSETE) ÁRVORES VIVAS DA ESSÊNCIA FLORESTAL AROEIRA E 05 (CINCO) ÁRVORES VIVAS DA ESSÊNCIA ANGICO, CONFORME RELATÓRIOS DE N. 27BTO400 E 016/2GPMA/BPMA/2022 - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS AVENÇADAS NO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - ADIMPLEMENTO INTEGRAL DA INDENIZAÇÃO COMINADA - ENUNCIADO Nº 9/CSMP E ARTS. 38 E 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 015/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39 da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo de n.º 09.2023.00006453-7, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, de acordo também, com a redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. 3. Assim, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001498-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Patrícia Abud Chinaglia

Assunto: Apurar dano ambiental referente a destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo



que em formação, ou inutilizá-la com infringência das normas de proteção, de acordo com o artigo 38, da Lei nº 9.605/98. EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR DANO AMBIENTAL REFERENTE A DESTRUIR OU DANIFICAR FLORESTA CONSIDERADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, MESMO QUE EM FORMATAÇÃO, OU INUTILIZÁ-LA COM INFRINGÊNCIA DAS NORMAS DE PROTEÇÃO, DE ACORDO COM O ARTIGO 38, DA LEI Nº 9.605/98 - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifico que as atividades agropastoris nocivas à área de preservação permanente existente no interior da propriedade rural foram interrompidas, conforme se depreende do Relatório de Vistoria nº 015/6ªCIA/BPMA/2023. 2. Desta forma, verificada a perda superveniente do objeto sob investigação, o eminente representante deste Parquet em primeiro grau optou por promover o arquivamento do procedimento em análise, em razão da desnecessidade de propositura de qualquer medida judicial neste sentido, ou ainda da continuação das investigações. 3. Sem mais, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Adhemar Mombrum de Carvalho Neto.

2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002322-0

9ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar as condições de estrutura, de segurança e de adequação da Unidade Educacional de Internação Masculina de Três Lagoas/MS-UNEI Tia Aurora.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE TRÊS LAGOAS - APURAR A FALTA DE ESTRUTURA E SEGURANÇA NA UNEI TIA AURORA - PROJETO DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO E CERCA ELÉTRICA EM ANDAMENTO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que as irregularidades constatadas durante as investigações foram devidamente sanadas, visto que houve a elevação do muro em um metro e a instalação de oito câmeras, para garantir a segurança do local. Ademais, está em andamento o Estudo Técnico Preliminar, que prevê a instalação de cerca elétrica, concertina e sistema de videomonitoramento em todas as Unidades de Internação do Estado. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2. Inquérito Civil nº 06.2019.00001351-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Fazenda Terra Nova

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 43,38 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Terra Nova em Caracol/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE BELA VISTA - MUNICÍPIO DE CARACOL - DANO AMBIENTAL - DESMATAMENTO EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000068-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: João Campana Netto

Assunto: Apurar desmatamento de 12,80 hectares e, área remanescente de vegetação nativa, de Fitofisionomias Savana



Parque sem Floresta-degleria Savana Arborizada sem Floresta-de-geleria, na Fazenda Palmito, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 642/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE – DANO AMBIENTAL - DESMATAMENTO EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA-TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

4. Inquérito Civil nº 06.2021.00000524-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Sebastião Roberto Diniz Comelli

Assunto: Apurar o déficit de 0,2 hectares em áreas Reserva Legal, ausência de 0,2 hectares em áreas de APP, na Estância Marcela, em Angélica - MS, sem autorização da autoridade ambiental competente conforme parecer nº 050/2020 CEIPPAM/LASANGE - UEMS (Programa SOS Rios - Projeto Córrego Engano).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANGÉLICA - APURAR A NECESSIDADE DE RECOMPOSIÇÃO DE RESERVA LEGAL E ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - OBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO N.º 10 DO CSMP - DILIGÊNCIAS FALTANTES -PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se a necessidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta visando acompanhar a efetiva execução do PRADA protocolado, conforme preceitua o Enunciado nº 10 do CSMP. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa do feito à Promotoria de Justiça de origem para às providências pertinentes, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

5. Inquérito Civil nº 06.202023.00000178-5

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridas: Haddad Engenheiros Associados Ltda. e Rodrigues e Rodrigues Participações Empreendimentos e Incorporação Ltda.

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana localizada nas coordenadas 20°27'02.68"S, 54°40'51.84"W, objeto do Parecer Água para o Futuro nº 022/2022 e as devidas providências para sua preservação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE CAMPO GRANDE - NECESSIDADE DE VERIFICAR O ISOLAMENTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA NASCENTE DO CÓRREGO IMBIRUSSU - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 09 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, denota-se que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007. Ademais, verifica-se que foi instaurado Procedimento Administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya.

2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:

1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000577-6



1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aureovaldo do Amaral

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da propriedade rural denominada “Fazenda Marambaia”, localizada no município de Antônio João/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PONTA PORÃ – MUNICÍPIO ANTÔNIO JOÃO – MEIO AMBIENTE – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA FAZENDA MARAMBAIA – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar os danos ambientais, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00001544-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Loise Carolina Iamaguti Juraski

Assunto: Apurar dano ambiental decorrente da retirada de 1,7154 ha da vegetação nativa sem autorização do órgão competente na Chácara Eucalipto Estrada do Porto de Areia, nesta urbe, sendo que no local da supressão vegetal foram construídos 05 (cinco) tanques utilizados para a atividade de piscicultura.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE TRÊS LAGOAS – MEIO AMBIENTE – APURAR DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA SUPRESSÃO VEGETAL IRREGULAR E CONSTRUÇÃO DE TANQUES PARA PSICULTURA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE – IRREGULARIDADE CONSTATADA – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA CELEBRADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO INSTAURADO – ATENDIMENTO DO ENUNCIADO Nº 09 DO CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A celebração de Termo de Ajustamento de Conduta incluindo obrigações de fazer, não fazer e reparar o dano ambiental, justifica o arquivamento do Inquérito Civil. O Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo foi devidamente instaurado pela Promotoria de Justiça de origem. Decisão em conformidade com o Enunciado nº 09 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

3. Inquérito Civil nº 06.2021.00000979-1

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na prestação de serviços públicos e controle de frequência de servidores vinculados à Secretaria Municipal de Obras de Pedro Gomes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE PEDRO GOMES – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS E CONTROLE DE FREQUÊNCIA DE SERVIDORES VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL EXPEDIDA E ATENDIDA – INSTALAÇÃO DE REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO – INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO – PERDA DO OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. O arquivamento do procedimento se justifica, porquanto o órgão de execução expediu recomendação ministerial, a qual foi atendida e cumprida pela autoridade municipal, mediante a instalação de ponto eletrônico para controle de frequência dos servidores. Não constatado ato ímprobo ou efetivo dano ao erário, ocorreu a perda do objeto da investigação. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo.

2.2.7. RELATORA-CONSELHEIRA FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000364-2



1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Caarapó

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Juti, MKJ Assessoria Contábil LTDA-ME, Rodrigo Brito de Moraes EIRELI-EPP

Assunto: Averiguar eventuais irregularidades na contratação das empresas Rodrigo Brito de Moraes EIRELI-EPP e MKJ Assessoria Contábil LTDA-ME pelo Município de Juti, no Pregão Presencial nº 001/2021 e na Inexigibilidade de Licitação nº 001/2021.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAIS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DAS EMPRESAS RODRIGO BRITO DE MORAES EIRELI-EPP E MKJ ASSESSORIA CONTÁBIL LTDA-ME, PELO MUNICÍPIO DE JUTI, NO PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2021 E NA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 001/2021 – NÃO CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. A partir das diligências investigatórias realizadas no Feito, vislumbrou-se que não houve irregularidade passível de ajuizamento de Ação Civil Pública, de modo que não há mais diligências a serem efetivadas; 2. Nota-se que, de acordo com os documentos acostados nos autos, em especial o Relatório de Análise Contábil n. 015/DAEX/CORTEC-CE/2023 (fls. 639/662), não foi possível constatar qualquer evidência que comprovasse a prática de atos ímprobos ou irregularidades no processo de licitação e execução dos contratos junto às empresas investigadas ou pelo município contratante; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2. Inquérito Civil nº 06.2023.00000080-9

43ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: KSW BIKES

Assunto: Buscar garantir aos consumidores em geral, que adquirem e que venham a adquirir bicicletas fabricadas pelo fornecedor, a instalação e disponibilização de itens obrigatórios e indispensáveis à segurança, quais sejam, campanha, retrovisor esquerdo e sinalização retrorrefletora.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAÇÃO QUE VISA A GARANTIR AOS CONSUMIDORES QUE ADQUIREM E QUE VENHAM A ADQUIRIR BICICLETAS FABRICADAS PELO FORNECEDOR, A INSTALAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE ITENS OBRIGATÓRIOS E INDISPENSÁVEIS À SEGURANÇA, QUAIS SEJAM, CAMPAINHA, RETROVISOR ESQUERDO E SINALIZAÇÃO RETRORREFLETORA – NÃO CONSTATAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as diligências empreendidas não constatarem irregularidades passíveis de ajuizamento de ação civil pública ou prosseguimento do Feito; 2. A partir da análise dos documentos acostados nos autos, concluiu-se que a atual regulamentação sobre itens obrigatórios de segurança em bicicletas é insuficiente e inadequada, visto que carece das especificações e características que deverão ser adotadas. Logo, diante da lacuna existente na regulamentação da matéria, o que, igualmente, inviabiliza eventual fiscalização, não há justa causa para continuidade do presente procedimento pelo órgão ministerial; 3. Consigna-se, ademais, que está tramitando na 43ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, Procedimento Administrativo (n. 09.2023.00002177-0) visando a organizar e documentar tratativas com a Associação Brasileira do Setor de Bicicletas (Aliança Bike), sobre os itens de segurança obrigatórios; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001276-2

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Denise Vieira, Brenda Roberta de Oliveira e Willian Gil Duarte de Oliveira

Assunto: Apurar a regularidade jurídico ambiental da propriedade rural denominada Estância Santo Antônio, município de Antônio João/MS (Projeto SOS Rios).

Advogado: Fabrício Ferreira Valente – AOB/MS nº 8.486.



EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA "ESTÂNCIA SANTO ANTÔNIO" – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com os compromissários, os quais se comprometeram a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 739/749 e 755/766; 2. Consigna-se que foram instaurados os PA's nº 09.2023.00007781-0 e 09.2023.00007783-2 para o acompanhamento e fiscalização dos TAC's celebrados no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de ajustamento; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

4. Inquérito Civil nº 06.2018.00000645-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: José da Cruz

Assunto: Apurar irregularidades ambientais na conservação do solo, reserva legal e degradação em APP, no imóvel denominado Fazenda Boa Esperança, em Bonito/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NA CONSERVAÇÃO DO SOLO, RESERVA LEGAL E DEGRADAÇÃO EM APP, NO IMÓVEL DENOMINADO "FAZENDA BOA ESPERANÇA", EM BONITO/MS – RELATÓRIO DE VISTORIA DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL QUE NÃO IDENTIFICOU DANOS AMBIENTAIS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Observa-se que as irregularidades inicialmente apontadas não subsistem, inexistindo, por conseguinte, justa causa para o prosseguimento do Feito; 2. Verifica-se do relatório elaborado pela Polícia Militar Ambiental (fls. 325/329), que após individualização da propriedade rural objeto do diagnóstico respectivo (ficha n. 368), não foram identificados danos ambientais ou má conservação da vegetação da APP; 3. Enfim, acresça-se que a confirmação do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00002163-2

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brilhante

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Lourdes Coelho Barbosa

Assunto: Apurar conduta lesiva ao meio ambiente na propriedade rural denominada Fazenda Esperança, em Rio Brilhante/MS, em razão da existência de área de Reserva Legal sem cobertura vegetal nativa, bem como ausência de identificação e delimitação no respectivo mapa de uma hidrografia e de áreas de veredas, localizadas no interior do imóvel.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR CONDUTA LESIVA AO MEIO AMBIENTE NA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA "FAZENDA ESPERANÇA", EM RIO BRILHANTE/MS, EM RAZÃO DA EXISTÊNCIA DE ÁREA DE RESERVA LEGAL SEM COBERTURA VEGETAL NATIVA, BEM COMO AUSÊNCIA DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO NO RESPECTIVO MAPA DE UMA HIDROGRAFIA E DE ÁREAS DE VEREDAS, LOCALIZADAS NO INTERIOR DO IMÓVEL – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS COM RESOLUTIVIDADE – IRREGULARIDADES SANADAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas a contento, não se mostrando necessária a celebração de ajustamento de conduta ou judicialização da demanda; 2. Conforme se extrai dos autos, foi efetivada a retificação do CAR da propriedade (fls. 233/234). Ademais, conforme vistoria realizada pela Polícia Militar Ambiental (fls. 269/275), a APP encontra-se devidamente isolada, não sendo constatado, ademais, uso indevido na área de reserva legal ou prejuízo à regeneração e preservação natural do local; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da



Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

6. Inquérito Civil nº 06.2019.00001916-3

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca do Chapadão do Sul

Requerente: CAOMA - Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente

Requerido: João Carlos de Moraes

Assunto: Apurar desmatamento de 19,82 hectares em área de Savana, na Fazenda Riacho Azul, em Paraíso das Águas/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 427/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESMATAMENTO DE 19,82 HECTARES EM ÁREA DE SAVANA, NA FAZENDA RIACHO AZUL, EM PARAÍSO DAS ÁGUAS/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE, CONFORME PARECER N. 427/19/NUGEO – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 237/241; 2. Consigna-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00007206-0 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

7. Inquérito Civil nº 06.2020.00000639-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Cassilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a regularidade do pagamento de diárias a vereadores da comarca de Cassilândia/MS, no período de 2019 a fevereiro de 2020.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE DO PAGAMENTO DE DIÁRIAS A VEREADORES DA COMARCA DE CASSILÂNDIA/MS, NO PERÍODO DE 2019 A FEVEREIRO DE 2020 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA REALIZADO COM OS INVESTIGADOS REMANESCENTES – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com os compromissários, os quais se comprometeram a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 2695/2701, 2702/2708, 2709/2715, 2720/2726, 2727/2733 e 2736/2742; 2. Consigna-se que a grande maioria dos compromissários já cumpriu integralmente a obrigação pecuniária imposta, razão pela qual somente em relação ao compromissário Rui Aroldo Palhares de Ceni foi instaurado o PA nº 09.2023.00007596-7 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC. Assim, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor face a perda de objeto; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

8. Inquérito Civil nº 06.2021.00000149-9

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Alcides Hellmeister Filho

Assunto: Apurar desmatamento de 03 (três) áreas, totalizando 8,01 hectares de vegetação nativa, ocorrido entre 18/04/2020 e 17/06/2020, na propriedade denominada Fazenda São José, de propriedade de Alcides Hellmeister Filho, em Camapuã/MS.

Advogado: Denis Peixoto Ferrão Filho – OAB/MS nº 9.995.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR O DESMATAMENTO DE 3 (TRÊS) ÁREAS, TOTALIZANDO 8,01 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA, NA PROPRIEDADE DENOMINADA FAZENDA SÃO JOSÉ, EM CAMAPUÃ/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO



HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com os compromissários, os quais se comprometeram a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 152/155; 2. Consigna-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00008029-2 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

9. Inquérito Civil nº 06.2022.00000735-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Batayporã/MS

Requerido: Marcio de Oliveira Pereira

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental, consistente em poluição sonora, na Chácara Monteiro, em Batayporã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL, CONSISTENTE EM POLUIÇÃO SONORA, NA CHÁCARA MONTEIRO, EM BATAYPORÃ/MS – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com o compromissário, o qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 151/155; 2. Consigna-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00007069-4 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

10. Inquérito Civil nº 06.2022.00001326-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Leônicio de Souza Brito Filho, Agropecuaria Laudejá Ltda.

Assunto: Apurar desmatamento de 3,25 hectares em área declarada como Reserva Legal e Consolidada, em regeneração natural há pelo menos 15 anos, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Laudejá, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 372/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DESMATAMENTO DE 3,25 HECTARES EM ÁREA DECLARADA COMO RESERVA LEGAL E CONSOLIDADA, EM REGENERAÇÃO NATURAL HÁ PELO MENOS 15 ANOS, INTEGRANTE DO BIOMA MATA ATLÂNTICA, NA "FAZENDA LAUDEJÁ", EM BONITO/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE AMBIENTAL COMPETENTE – LITISPENDÊNCIA – ENUNCIADO Nº 18 DO CSMP - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Durante a instrução, verificou-se a duplicidade de procedimentos tramitando no órgão de execução com o mesmo objeto e as mesmas partes, configurando-se o instituto da litispendência, adotado em processos no CPC e, por analogia, adotados nos procedimentos extrajudiciais; 2. Os fatos apurados neste Inquérito Civil também estão sendo investigados no Inquérito Civil nº 06.2022.00001589-7, instaurado em data anterior a este procedimento; 3. De acordo com a regra processual prevalecente, nos casos em que há duplicidade de procedimentos, o mais antigo deve permanecer em trâmite, enquanto o mais recente será arquivado; 4. Enunciado nº 18 do Conselho Superior do Ministério Público. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

11. Inquérito Civil nº 06.2023.00000177-4

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Espólio de Maria de Lourdes Vendas Figueiredo



Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da área de preservação permanente da nascente urbana localizada nas coordenadas 20°28'15.55" S, 54°35'39.30" W, lote B1C, desmembramento Chácara Vendas, objeto do Parecer Água para o Futuro n. 0020/2022, e as devidas providências para sua preservação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DA NASCENTE URBANA LOCALIZADA NAS COORDENADAS 20°28'15.55" S, 54°35'39.30" W, LOTE B1C, DESMEMBRAMENTO DA CHÁCARA VENDAS, OBJETO DO PARECER "ÁGUA PARA O FUTURO" N. 0020/2022 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, verifica-se que as irregularidades objeto da portaria do inquérito civil foram sanadas mediante celebração de ajuste de conduta TAC com a compromissária, a qual se comprometeu a realizar as obrigações estabelecidas às fls. 63/68; 2. Consigna-se que foi instaurado o PA nº 09.2023.00007226-0 para o acompanhamento e fiscalização do TAC celebrado no bojo deste IC e, na linha do enunciado nº 9/2016 do CSMPMS, o arquivamento é de rigor pela perda de objeto, posto que as irregularidades inicialmente noticiadas foram objeto de TAC; 3. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 4. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

12. Inquérito Civil nº 06.2021.00000426-3

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Sônia Beatriz Sandri

Assunto: Apurar supressão de 72,29 hectares de vegetação sem autorização do órgão ambiental e queima de 21,60 hectares de material lenhoso, na Fazenda Caracol, localizada no Município de Rio Verde de Mato Grosso/MS, de propriedade de Sonia Beatriz Sandri.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR SUPRESSÃO DE 72,29 HECTARES DE VEGETAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL E QUEIMA DE 21,60 HECTARES DE MATERIAL LENHOSO, NA "FAZENDA CARACOL", EM RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROCEDIMENTO QUE ATINGIU SEU OBJETIVO NA SEARA ADMINISTRATIVA, MEDIANTE INCITAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL PELO PARQUET – DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Da análise do Feito, verifica-se que atingiu seu intento, sem a necessidade de celebração de ajuste de conduta ou de ação civil pública; 2. Extrai-se dos autos que a irregularidade constatada resume-se à supressão vegetal em período não autorizado, porquanto foi realizada após a data de validade da licença, sendo que, quanto à queima de material lenhoso, referida atividade é isenta de licenciamento, razão pela qual a requerida foi sancionada pelo IMASUL na medida de sua responsabilidade; 3. Assim, nota-se que não há justificativa para que o Inquérito Civil ora em trâmite permaneça em andamento, uma vez que a requerida já foi adequadamente sancionada pelo órgão ambiental no âmbito administrativo, através da imposição de multa pela supressão vegetal extemporânea; 4. A homologação da promoção do arquivamento pelo Conselho Superior do Ministério Público não impede, com o surgimento de fato novo, posterior prosseguimento das investigações ou a propositura da ação civil pública, nos termos do art. 28 e parágrafo único da Resolução nº 15/2007-PGJ (Inquérito Civil); 5. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora Conselheira Filomena Aparecida Depólito Fluminhan.

2.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO ROGÉRIO AUGUSTO CALÁBRIA DE ARAÚJO:

1. Inquérito Civil nº 06.2021.00000691-7

4ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Três Lagoas e Denise Crisp Maniscalco

Assunto: Apurar eventual precariedade de parte ou totalidade da frota dos veículos da empresa CRISP TRANSPORTE E TURISMO LTDA, responsável pelo transporte de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde, desta cidade, para outros municípios, notadamente Campo Grande e cidades polo de saúde do interior do Estado de São Paulo.

Advogado: Paulo Roberto Prado Franchi – OAB/SP nº 201.474.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL PRECARIEDADE DE PARTE OU TOTALIDADE DA FROTA DOS VEÍCULOS DA EMPRESA CRISP TRANSPORTE E TURISMO LTDA, RESPONSÁVEL PELO TRANSPORTE DE PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DESTA CIDADE, PARA OUTROS



MUNICÍPIOS, NOTADAMENTE CAMPO GRANDE E CIDADES POLO DE SAÚDE DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E SANADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Verifica-se que, no decorrer da investigação, a Secretaria Municipal de Saúde de Três Lagos/MS informou que as irregularidades que deram ensejo ao presente procedimento foram sanadas, bem como que está fiscalizando o cumprimento do Contrato Administrativo nº 054/2021, celebrado com a empresa Crisp Transporte e Turismo Ltda., cujo objeto é a prestação de serviços de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual para atender usuários do SUS. 2. Ademais, verifica-se que não foram registradas mais reclamações em face da empresa Crisp Transportes e Turismo Ltda. (fls. 1142/1143, 1255/1256, 1275-1277 e 1285). 3. Dessa forma, verifica-se que, por ora, o problema objeto do procedimento restou sanado, inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação civil pública, sendo o arquivamento do feito medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

2. Inquérito Civil nº 06.2022.00000892-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Batayporã/MS

Assunto: Apurar eventual ausência de repasses pelo Poder Público Municipal, referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS dos servidores municipais de Batayporã.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR EVENTUAL AUSÊNCIA DE REPASSES PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, REFERENTE AO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE BATAYPORÃ. DILIGÊNCIAS CONCLUÍDAS. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Após análise dos autos, verifica-se que não restou comprovado a existência de irregularidade ou ilícito que configure atos de improbidade administrativa. 2. Inexistindo razões suficientes para o prosseguimento deste procedimento e/ou para a propositura de ação judicial, o arquivamento do feito é medida de rigor. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

3. Inquérito Civil nº 06.2022.00000589-9

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Pedro Gomes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Moisés Jajah Nogueira

Assunto: Apurar a supressão de 5,44 hectares em área remanescente de vegetação nativa e de Reserva Legal, na Fazenda Santa Luzia, Lote Tarumã, Lote São João, Fazenda São João e Fazenda Triângulo Quinhão B, em Pedro Gomes/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 34/22/NUGEO.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR A SUPRESSÃO DE 5,44 HECTARES EM ÁREA REMANESCENTE DE VEGETAÇÃO NATIVA E DE RESERVA LEGAL, NA FAZENDA SANTA LUZIA, LOTE TARUMÃ, LOTE SÃO JOÃO, FAZENDA SÃO JOÃO E FAZENDA TRIÂNGULO QUINHÃO B, EM PEDRO GOMES/MS, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE, CONFORME LAUDO TÉCNICO Nº 34/22/NUGEO. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. 1. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. 2. Ademais, nos termos dos arts. 38 e 39, da Resolução nº 15/2007-PGJ, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2023.00007968-5 (fl. 190) para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator Conselheiro Rogério Augusto Calábria de Araújo.

Campo Grande, 25 de setembro de 2023

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**ESCOLA SUPERIOR****AVISO Nº 1/2023-ESMP-MS**

A Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP-MS, COMUNICA que, durante a programação do XIII Congresso Estadual do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, fará exposição de obras de membros e servidores da Instituição interessados em divulgar produções bibliográficas na “Estante do MP”. Também haverá divulgação das obras constantes na página <https://escola.mpms.mp.br/livros>. Os interessados em divulgar suas obras na exposição física e/ou virtual deverão manifestar o interesse, por meio do encaminhamento de *e-mail* para escoladomp@mpms.mp.br, até o dia 6/11/2023, contendo as seguintes informações: título da obra, nome do(s) autor(es), editora, edição e ano da publicação, imagem da capa ou de identificação da obra, e, se houver, *link* de *site* para mais informações e envio do exemplar físico, se for o caso.

Campo Grande, xxx de xxxx de 2023.

FABIO IANNI GOLDFINGER
Diretor-Geral da ESMP-MS

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS**EDITAL Nº 009/2023 - IPSE-MPMS****I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL (MPMS) DIVULGA O GABARITO PRELIMINAR do I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, conforme disposição abaixo:

1. DO GABARITO PRELIMINAR

1.1 O Gabarito Preliminar das Provas Escritas (Objetivas), aplicadas em 24 de setembro de 2023, encontra-se no **ANEXO ÚNICO** deste Edital.

2. DOS RECURSOS

2.1. Se não concordar com o Gabarito Preliminar, o candidato poderá apresentar recurso individual por questão no período entre **08 (oito) horas do dia 28 de setembro de 2023 (horário oficial de Mato Grosso do Sul) e 23h59m (vinte e três horas e cinquenta e nove minutos) do dia 29 de setembro de 2023** (horário oficial de Mato Grosso do Sul).

2.1.1. Após este horário o sistema deixará automaticamente de realizá-la, ficando impossibilitado o candidato de submeter o recurso contra o gabarito preliminar.

2.2. O candidato só poderá protocolar uma única vez o seu recurso, não sendo possível inserir novas informações depois de protocolizado.

2.3. Os recursos não conterão identificação dos recorrentes, sob pena de não conhecimento.

2.3.1. Os recursos deverão conter relatório e motivação, sob pena de não conhecimento.

2.3.2. O recurso poderá versar sobre erro material e sobre o conteúdo das questões e resposta.

2.3.3. Não serão admitidos recursos que se voltarem exclusivamente à simples revisão ou majoração da nota atribuída.

2.4. Serão indeferidos os recursos que não observarem a forma, o prazo e os horários definidos neste Edital.

2.5. Não serão aceitos recursos protocolados pessoalmente, via postal, via fax ou correio eletrônico (e-mail).

2.6. Se, após análise dos recursos, houver anulação de questões da prova, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos.



2.7. Se houver modificação no gabarito decorrente dos recursos, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito definitivo.

2.8. Em nenhuma hipótese caberá recurso da decisão que apreciar o recurso.

2.9. Ao enviar o recurso, o sistema criará um número de protocolo que identificará o requerimento enviado, tornando a identificação inviolável.

Campo Grande, MS, 26 de setembro de 2023.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

ANEXO ÚNICO DO EDITAL N° 009/2023 - IPSE-IPMS

Cargo: 1000 - Ensino Médio - (Comarca: Água Clara), 1001 - Ensino Médio - (Comarca: Amambai), 1002 - Ensino Médio - (Comarca: Anastácio), 1003 - Ensino Médio - (Comarca: Anaurilândia), 1004 - Ensino Médio - (Comarca: Angélica), 1005 - Ensino Médio - (Comarca: Aparecida do Taboado), 1006 - Ensino Médio - (Comarca: Aquidauana), 1007 - Ensino Médio - (Comarca: Bandeirantes), 1008 - Ensino Médio - (Comarca: Bataguassu), 1009 - Ensino Médio - (Comarca: Batayporã), 1010 - Ensino Médio - (Comarca: Bela Vista), 1011 - Ensino Médio - (Comarca: Bonito), 1012 - Ensino Médio - (Comarca: Brasilândia), 1013 - Ensino Médio - (Comarca: Caarapó), 1014 - Ensino Médio - (Comarca: Camapuã), 1015 - Ensino Médio - (Comarca: Cassilândia), 1016 - Ensino Médio - (Comarca: Chapadão do Sul), 1017 - Ensino Médio - (Comarca: Corumbá), 1018 - Ensino Médio - (Comarca: Costa Rica), 1019 - Ensino Médio - (Comarca: Coxim), 1020 - Ensino Médio - (Comarca: Deodápolis), 1021 - Ensino Médio - (Comarca: Dois Irmãos do Buriti), 1022 - Ensino Médio - (Comarca: Dourados), 1023 - Ensino Médio - (Comarca: Eldorado), 1024 - Ensino Médio - (Comarca: Fátima do Sul), 1025 - Ensino Médio - (Comarca: Glória de Dourados), 1026 - Ensino Médio - (Comarca: Iguatemi), 1027 - Ensino Médio - (Comarca: Inocência), 1028 - Ensino Médio - (Comarca: Itaporã), 1029 - Ensino Médio - (Comarca: Itaquiraí), 1030 - Ensino Médio - (Comarca: Ivinhema), 1031 - Ensino Médio - (Comarca: Jardim), 1032 - Ensino Médio - (Comarca: Maracaju), 1033 - Ensino Médio - (Comarca: Miranda), 1034 - Ensino Médio - (Comarca: Mundo Novo), 1035 - Ensino Médio - (Comarca: Naviraí), 1036 - Ensino Médio - (Comarca: Nioaque), 1037 - Ensino Médio - (Comarca: Nova Alvorada do Sul), 1038 - Ensino Médio - (Comarca: Nova Andradina), 1039 - Ensino Médio - (Comarca: Paranaíba), 1040 - Ensino Médio - (Comarca: Pedro Gomes), 1041 - Ensino Médio - (Comarca: Ponta Porã), 1042 - Ensino Médio - (Comarca: Porto Murtinho), 1043 - Ensino Médio - (Comarca: Ribas do Rio Pardo), 1044 - Ensino Médio - (Comarca: Rio Brilhante), 1045 - Ensino Médio - (Comarca: Rio Negro), 1046 - Ensino Médio - (Comarca: Rio Verde de Mato Grosso), 1047 - Ensino Médio - (Comarca: São Gabriel do Oeste), 1048 - Ensino Médio - (Comarca: Sete Quedas), 1049 - Ensino Médio - (Comarca: Sidrolândia), 1050 - Ensino Médio - (Comarca: Sonora), 1051 - Ensino Médio - (Comarca: Terenos), 1052 - Ensino Médio - (Comarca: Três Lagoas)

1 - D	2 - E	3 - E	4 - D	5 - E	6 - A	7 - D	8 - B	9 - A	10 - A
11 - E	12 - C	13 - B	14 - E	15 - C	16 - E	17 - A	18 - B	19 - D	20 - C
21 - C	22 - D	23 - D	24 - C	25 - B	26 - E	27 - B	28 - E	29 - C	30 - B
31 - D	32 - E	33 - B	34 - A	35 - C	36 - D	37 - B	38 - C	39 - E	40 - E
41 - C	42 - B	43 - C	44 - C	45 - A	46 - E	47 - B	48 - C	49 - A	50 - D

Cargo: 2000 - Administração - Graduação - (Comarca: Campo Grande), 2001 - Administração - Graduação - (Comarca: Costa Rica), 2002 - Administração - Graduação - (Comarca: Dourados), 2003 - Administração - Graduação - (Comarca: Miranda), 2004 - Administração - Graduação - (Comarca: Ponta Porã)

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - E	17 - A	18 - C	19 - B	20 - B
21 - E	22 - A	23 - B	24 - A	25 - D	26 - A	27 - E	28 - D	29 - E	30 - D
31 - A	32 - B	33 - C	34 - D	35 - B	36 - C	37 - E	38 - A	39 - B	40 - A



Cargo: 2005 - Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Graduação - (Comarca: Campo Grande), 2007 - Ciência da Computação - Graduação - (Comarca: Campo Grande), 2068 - Engenharia da Computação - Graduação - (Comarca: Campo Grande), 2074 - Segurança de Informação - Graduação - (Comarca: Campo Grande), 2075 - Sistema de Informação - Graduação - (Comarca: Campo Grande), 2076 - Sistema de Internet - Graduação - (Comarca: Campo Grande), 2077 - Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - Graduação - (Comarca: Campo Grande)

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - A	7 - B	8 - C	9 - D	10 - E
11 - B	12 - D	13 - D	14 - E	15 - D	16 - B	17 - D	18 - B	19 - C	20 - A
21 - B	22 - E	23 - B	24 - B	25 - B	26 - A	27 - B	28 - D	29 - D	30 - A
31 - A	32 - C	33 - A	34 - D	35 - C	36 - B	37 - B	38 - D	39 - E	40 - B

Cargo: 2006 - Arquitetura e Urbanismo - Graduação - (Comarca: Campo Grande)

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - C	17 - C	18 - D	19 - B	20 - B
21 - B	22 - C	23 - C	24 - B	25 - B	26 - D	27 - E	28 - C	29 - D	30 - B
31 - A	32 - C	33 - D	34 - C	35 - C	36 - E	37 - C	38 - C	39 - B	40 - D

Cargo: 2008 - Ciências Contábeis - Graduação - (Comarca: Aparecida do Taboado), 2009 - Ciências Contábeis - Graduação - (Comarca: Campo Grande)

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - A	17 - C	18 - C	19 - E	20 - D
21 - C	22 - C	23 - B	24 - B	25 - B	26 - B	27 - D	28 - C	29 - E	30 - E
31 - E	32 - A	33 - E	34 - C	35 - A	36 - A	37 - B	38 - C	39 - C	40 - B

Cargo: 2010 - Ciências Econômicas - Graduação - (Comarca: Campo Grande)

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - B	17 - C	18 - A	19 - D	20 - C
21 - E	22 - A	23 - D	24 - A	25 - C	26 - B	27 - E	28 - D	29 - C	30 - A
31 - C	32 - D	33 - D	34 - B	35 - E	36 - C	37 - D	38 - E	39 - C	40 - B

Cargo: 2011 - Comunicação/Jornalismo - Graduação - (Comarca: Campo Grande)

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - A	17 - D	18 - C	19 - A	20 - C
21 - B	22 - E	23 - C	24 - D	25 - E	26 - A	27 - B	28 - B	29 - A	30 - C
31 - D	32 - E	33 - B	34 - A	35 - D	36 - B	37 - E	38 - E	39 - B	40 - E

Cargo: 2012 - Direito - Graduação - (Comarca: Água Clara), 2013 - Direito - Graduação - (Comarca: Amambai), 2014 - Direito - Graduação - (Comarca: Anastácio), 2015 - Direito - Graduação - (Comarca: Anaurilândia), 2016 - Direito - Graduação - (Comarca: Angélica), 2017 - Direito - Graduação - (Comarca: Aparecida do Taboado), 2018 - Direito - Graduação - (Comarca: Aquidauana), 2019 - Direito - Graduação - (Comarca: Bandeirantes), 2020 - Direito - Graduação - (Comarca: Bataguassu), 2021 - Direito - Graduação - (Comarca: Batayporã), 2022 - Direito - Graduação - (Comarca: Bela Vista), 2023 - Direito - Graduação - (Comarca: Bonito), 2024 - Direito - Graduação - (Comarca: Brasilândia), 2025 - Direito - Graduação - (Comarca: Caarapó), 2026 - Direito - Graduação - (Comarca: Camapuã), 2027 - Direito - Graduação - (Comarca: Campo Grande), 2028 - Direito - Graduação - (Comarca: Cassilândia), 2029 - Direito - Graduação - (Comarca: Chapadão do Sul), 2030 - Direito - Graduação - (Comarca: Corumbá), 2031 - Direito - Graduação - (Comarca: Costa Rica), 2032 - Direito - Graduação - (Comarca: Coxim), 2033 - Direito - Graduação - (Comarca: Deodápolis), 2034 - Direito - Graduação - (Comarca: Dois Irmãos do Buriti), 2035 - Direito - Graduação - (Comarca: Dourados), 2036 - Direito - Graduação - (Comarca: Eldorado), 2037 - Direito - Graduação - (Comarca: Fátima do Sul), 2038 - Direito - Graduação - (Comarca: Glória de Dourados), 2039 - Direito - Graduação - (Comarca: Iguatemi), 2040 -

Direito - Graduação - (Comarca: Inocência), 2041 - Direito - Graduação - (Comarca: Itaporã), 2042 - Direito - Graduação - (Comarca: Itaquiraí), 2043 - Direito - Graduação - (Comarca: Ivinhema), 2044 - Direito - Graduação - (Comarca: Jardim), 2045 - Direito - Graduação - (Comarca: Maracaju), 2046 - Direito - Graduação - (Comarca: Miranda), 2047 - Direito - Graduação - (Comarca: Mundo Novo), 2048 - Direito - Graduação - (Comarca: Naviraí), 2049 - Direito - Graduação - (Comarca: Nioaque), 2050 - Direito - Graduação - (Comarca: Nova Alvorada do Sul), 2051 - Direito - Graduação - (Comarca: Nova Andradina), 2052 - Direito - Graduação - (Comarca: Paranaíba), 2053 - Direito - Graduação - (Comarca: Pedro Gomes), 2054 - Direito - Graduação - (Comarca: Ponta Porã), 2055 - Direito - Graduação - (Comarca: Porto Murtinho), 2056 - Direito - Graduação - (Comarca: Ribas do Rio Pardo), 2057 - Direito - Graduação - (Comarca: Rio Brilhante), 2058 - Direito - Graduação - (Comarca: Rio Negro), 2059 - Direito - Graduação - (Comarca: Rio Verde de Mato Grosso), 2060 - Direito - Graduação - (Comarca: São Gabriel do Oeste), 2061 - Direito - Graduação - (Comarca: Sete Quedas), 2062 - Direito - Graduação - (Comarca: Sidrolândia), 2063 - Direito - Graduação - (Comarca: Sonora), 2064 - Direito - Graduação - (Comarca: Terenos), 2065 - Direito - Graduação - (Comarca: Três Lagoas)

1 - E	2 - D	3 - B	4 - C	5 - E	6 - C	7 - E	8 - B	9 - D	10 - A
11 - E	12 - C	13 - A	14 - C	15 - B	16 - D	17 - E	18 - A	19 - E	20 - C
21 - B	22 - D	23 - C	24 - A	25 - C	26 - C	27 - E	28 - B	29 - A	30 - E
31 - E	32 - D	33 - C	34 - B	35 - C	36 - A	37 - D	38 - B	39 - C	40 - A

Cargo: 2066 - Engenharia Ambiental ou Sanitária - Graduação - (Comarca: Campo Grande)

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - D	17 - B	18 - C	19 - B	20 - E
21 - A	22 - B	23 - A	24 - E	25 - C	26 - B	27 - E	28 - A	29 - B	30 - D
31 - C	32 - E	33 - C	34 - B	35 - A	36 - C	37 - D	38 - B	39 - C	40 - A

Cargo: 2067 - Engenharia Civil - Graduação - (Comarca: Campo Grande)

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - C	17 - D	18 - B	19 - C	20 - C
21 - A	22 - C	23 - E	24 - A	25 - E	26 - B	27 - B	28 - A	29 - E	30 - A
31 - D	32 - B	33 - C	34 - C	35 - B	36 - E	37 - D	38 - A	39 - E	40 - C

Cargo: 2069 - Engenharia Elétrica - Graduação - (Comarca: Campo Grande)

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - E	17 - E	18 - D	19 - C	20 - C
21 - C	22 - B	23 - C	24 - A	25 - A	26 - C	27 - C	28 - D	29 - C	30 - B
31 - D	32 - E	33 - A	34 - C	35 - D	36 - C	37 - C	38 - B	39 - A	40 - D

Cargo: 2070 - Geografia - Graduação - (Comarca: Campo Grande)

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - A	17 - C	18 - B	19 - A	20 - E
21 - A	22 - C	23 - B	24 - A	25 - C	26 - A	27 - D	28 - E	29 - B	30 - C
31 - A	32 - A	33 - D	34 - B	35 - A	36 - D	37 - A	38 - B	39 - C	40 - A

Cargo: 2071 - Letras - Graduação - (Comarca: Bonito), 2072 - Letras - Graduação - (Comarca: Campo Grande)

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - A	17 - C	18 - E	19 - B	20 - D
21 - C	22 - A	23 - D	24 - B	25 - E	26 - A	27 - E	28 - C	29 - D	30 - B
31 - A	32 - E	33 - C	34 - A	35 - D	36 - B	37 - A	38 - E	39 - C	40 - A

**Cargo: 2073 - Publicidade e Propaganda - Graduação - (Comarca: Campo Grande)**

1 - E	2 - E	3 - B	4 - B	5 - E	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - B	17 - D	18 - E	19 - C	20 - A
21 - C	22 - E	23 - D	24 - A	25 - D	26 - B	27 - C	28 - E	29 - C	30 - E
31 - E	32 - D	33 - B	34 - A	35 - B	36 - C	37 - C	38 - A	39 - B	40 - C

Cargo: 3000 - Administração - Residência na Área de Administração - (Comarca: Campo Grande)

1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - E	17 - C	18 - B	19 - D	20 - E
21 - C	22 - D	23 - A	24 - D	25 - E	26 - B	27 - C	28 - B	29 - E	30 - D
31 - C	32 - A	33 - C	34 - D	35 - E	36 - A	37 - B	38 - D	39 - B	40 - B
41 - A	42 - B	43 - C	44 - D	45 - B	46 - C	47 - E	48 - A	49 - B	50 - A

Cargo: 3002 - Área Ambiental - Residência na Área Ambiental - (Comarca: Campo Grande)

1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - D	17 - A	18 - C	19 - B	20 - E
21 - D	22 - A	23 - C	24 - B	25 - E	26 - D	27 - A	28 - C	29 - B	30 - E
31 - D	32 - A	33 - C	34 - B	35 - E	36 - D	37 - A	38 - C	39 - B	40 - E
41 - C	42 - E	43 - C	44 - B	45 - A	46 - C	47 - D	48 - B	49 - C	50 - A

Cargo: 3003 - Área de Tecnologia da Informação - Residência na Área de Tecnologia da Informação - (Comarca: Campo Grande)

1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - A	7 - B	8 - C	9 - D	10 - E
11 - D	12 - D	13 - D	14 - B	15 - B	16 - C	17 - D	18 - B	19 - E	20 - B
21 - C	22 - B	23 - C	24 - C	25 - D	26 - B	27 - C	28 - B	29 - C	30 - C
31 - D	32 - A	33 - B	34 - D	35 - D	36 - B	37 - B	38 - B	39 - C	40 - B
41 - A	42 - C	43 - A	44 - D	45 - C	46 - B	47 - B	48 - D	49 - E	50 - B

Cargo: 3004 - Arquitetura e Urbanismo - Residência na Área de Arquitetura e Urbanismo - (Comarca: Campo Grande)

1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - B	17 - C	18 - B	19 - A	20 - E
21 - A	22 - D	23 - C	24 - B	25 - C	26 - D	27 - D	28 - C	29 - D	30 - E
31 - D	32 - E	33 - E	34 - A	35 - C	36 - A	37 - E	38 - E	39 - E	40 - E
41 - A	42 - C	43 - D	44 - C	45 - C	46 - E	47 - C	48 - C	49 - B	50 - D

Cargo: 3005 - Audiovisual - Residência em Audiovisual - (Comarca: Campo Grande)

1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - D	17 - A	18 - D	19 - A	20 - C
21 - C	22 - A	23 - B	24 - E	25 - D	26 - A	27 - D	28 - D	29 - D	30 - A
31 - D	32 - A	33 - B	34 - C	35 - D	36 - E	37 - C	38 - A	39 - E	40 - E
41 - C	42 - D	43 - A	44 - B	45 - C	46 - D	47 - E	48 - D	49 - A	50 - B

Cargo: 3006 - Ciências Contábeis - Residência na Área de Ciências Contábeis - (Comarca: Aparecida do Taboado), 3007 - Ciências Contábeis - Residência na Área de Ciências Contábeis - (Comarca: Campo Grande)

1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	--------



11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - D	17 - B	18 - E	19 - D	20 - B
21 - C	22 - A	23 - C	24 - D	25 - E	26 - B	27 - E	28 - C	29 - B	30 - A
31 - E	32 - A	33 - B	34 - D	35 - B	36 - D	37 - B	38 - D	39 - C	40 - B
41 - E	42 - A	43 - E	44 - C	45 - A	46 - A	47 - B	48 - C	49 - C	50 - B

Cargo: 3008 - Comunicação/Jornalismo - Residência na Área de Comunicação/Jornalismo - (Comarca: Campo Grande)

1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - C	17 - B	18 - A	19 - A	20 - B
21 - B	22 - A	23 - C	24 - C	25 - E	26 - C	27 - A	28 - A	29 - D	30 - B
31 - D	32 - B	33 - E	34 - C	35 - A	36 - C	37 - A	38 - A	39 - C	40 - B
41 - D	42 - E	43 - B	44 - A	45 - D	46 - B	47 - E	48 - E	49 - B	50 - E

Cargo: 3009 - Design Gráfico - Residência na Área de Design Gráfico - (Comarca: Campo Grande)

1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - A	17 - B	18 - E	19 - C	20 - B
21 - A	22 - C	23 - A	24 - E	25 - E	26 - A	27 - A	28 - D	29 - A	30 - C
31 - E	32 - D	33 - B	34 - A	35 - B	36 - D	37 - A	38 - D	39 - C	40 - E
41 - D	42 - E	43 - C	44 - A	45 - A	46 - E	47 - D	48 - A	49 - C	50 - B

Cargo: 3010 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Água Clara), 3011 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Amambai), 3012 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Anastácio), 3013 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Anaurilândia), 3014 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Angélica), 3015 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Aparecida do Taboado), 3016 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Aquidauana), 3017 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Bandeirantes), 3018 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Bataguassu), 3019 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Batayporã), 3020 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Bela Vista), 3021 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Bonito), 3022 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Brasilândia), 3023 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Caarapó), 3024 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Camapuã), 3025 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Campo Grande), 3026 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Cassilândia), 3027 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Chapadão do Sul), 3028 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Corumbá), 3029 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Costa Rica), 3030 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Coxim), 3031 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Deodápolis), 3032 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Dois Irmãos do Buriti), 3033 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Dourados), 3034 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Eldorado), 3035 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Fátima do Sul), 3036 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Glória de Dourados), 3037 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Iguatemi), 3038 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Inocência), 3039 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Itaporã), 3040 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Itaquiraí), 3041 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Ivinhema), 3042 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Jardim), 3043 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Maracaju), 3044 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Miranda), 3045 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Mundo Novo), 3046 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Naviraí), 3047 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Nioaque), 3048 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Nova Alvorada do Sul), 3049 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Nova Andradina), 3050 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Paranaíba), 3051 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Pedro Gomes), 3052 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Ponta Porã), 3053 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Porto Murtinho), 3054 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Ribas do Rio Pardo), 3055 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Rio Brilhante), 3056 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Rio Negro), 3057 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Rio Verde de Mato Grosso), 3058 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: São Gabriel do Oeste), 3059 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Sete Quedas), 3060 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Sidrolândia), 3061 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Sonora), 3062 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Terenos), 3063 - Direito - Residência Jurídica - (Comarca: Três Lagoas)

1 - E	2 - D	3 - B	4 - C	5 - E	6 - A	7 - C	8 - B	9 - D	10 - E
11 - C	12 - B	13 - A	14 - D	15 - E	16 - A	17 - C	18 - C	19 - A	20 - C



21 - B	22 - E	23 - D	24 - C	25 - A	26 - B	27 - B	28 - D	29 - C	30 - E
31 - A	32 - A	33 - C	34 - B	35 - D	36 - A	37 - B	38 - B	39 - C	40 - D
Cargo: 3064 - Economia - Residência na Área de Economia - (Comarca: Campo Grande)									
1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - D	17 - D	18 - C	19 - A	20 - D
21 - A	22 - D	23 - B	24 - D	25 - C	26 - B	27 - E	28 - D	29 - B	30 - A
31 - D	32 - C	33 - D	34 - B	35 - E	36 - B	37 - D	38 - A	39 - C	40 - E
41 - C	42 - A	43 - A	44 - B	45 - E	46 - D	47 - E	48 - D	49 - E	50 - C
Cargo: 3065 - Engenharia Civil - Residência na Área de Engenharia Civil - (Comarca: Campo Grande), 3066 - Engenharia Civil com ênfase em Orçamento e Planejamento de Obras - Residência em Engenharia Civil - (Comarca: Campo Grande)									
1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - E	17 - A	18 - A	19 - B	20 - C
21 - A	22 - D	23 - E	24 - D	25 - C	26 - B	27 - C	28 - A	29 - C	30 - E
31 - E	32 - B	33 - C	34 - B	35 - E	36 - D	37 - A	38 - D	39 - B	40 - D
41 - D	42 - B	43 - C	44 - C	45 - B	46 - E	47 - D	48 - A	49 - E	50 - C
Cargo: 3067 - Engenharia Elétrica - Residência na Área de Engenharia Elétrica - (Comarca: Campo Grande)									
1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - B	17 - C	18 - C	19 - E	20 - D
21 - D	22 - B	23 - C	24 - B	25 - C	26 - C	27 - A	28 - C	29 - B	30 - B
31 - D	32 - A	33 - A	34 - B	35 - D	36 - D	37 - B	38 - A	39 - D	40 - C
41 - C	42 - A	43 - C	44 - C	45 - C	46 - E	47 - C	48 - D	49 - E	50 - D
Cargo: 3069 - História - Residência na Área de História - (Comarca: Campo Grande)									
1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - D	17 - D	18 - D	19 - A	20 - B
21 - E	22 - A	23 - B	24 - D	25 - C	26 - D	27 - C	28 - A	29 - B	30 - E
31 - C	32 - B	33 - E	34 - D	35 - E	36 - E	37 - B	38 - A	39 - E	40 - A
41 - B	42 - C	43 - E	44 - E	45 - D	46 - C	47 - C	48 - E	49 - C	50 - A
Cargo: 3070 - Publicidade e Propaganda - Residência na Área de Publicidade e Propaganda - (Comarca: Campo Grande)									
1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - C	17 - D	18 - B	19 - D	20 - A
21 - C	22 - E	23 - B	24 - A	25 - B	26 - E	27 - D	28 - A	29 - B	30 - E
31 - D	32 - B	33 - A	34 - A	35 - E	36 - B	37 - E	38 - D	39 - D	40 - B
41 - E	42 - D	43 - B	44 - A	45 - A	46 - C	47 - C	48 - A	49 - B	50 - C
Cargo: 3071 - Psicologia - Residência na Área de Psicologia - (Comarca: Campo Grande)									
1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - C	17 - A	18 - E	19 - B	20 - E
21 - A	22 - C	23 - C	24 - C	25 - E	26 - C	27 - B	28 - C	29 - D	30 - A
31 - A	32 - D	33 - B	34 - A	35 - C	36 - A	37 - E	38 - B	39 - A	40 - B
41 - D	42 - D	43 - A	44 - C	45 - D	46 - C	47 - B	48 - A	49 - D	50 - B



Cargo: 3072 - Serviço Social - Residência na Área de Serviço Social - (Comarca: Campo Grande)									
1 - B	2 - D	3 - A	4 - B	5 - C	6 - E	7 - D	8 - B	9 - C	10 - E
11 - A	12 - B	13 - C	14 - D	15 - E	16 - A	17 - A	18 - D	19 - D	20 - B
21 - C	22 - E	23 - A	24 - D	25 - E	26 - D	27 - B	28 - C	29 - D	30 - D
31 - A	32 - D	33 - D	34 - C	35 - E	36 - A	37 - A	38 - B	39 - C	40 - C
41 - C	42 - D	43 - A	44 - B	45 - A	46 - C	47 - A	48 - A	49 - E	50 - C

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 54/2023

Procedimento de Gestão Administrativa SAJ/MP nº 09.2023.00008886-2

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Promotora de Justiça Biana Karina Barros da Costa

Donatário: Escola Estadual Adventor Divino de Almeida de Campo Grande/MS, representada por seu Diretor Cristiano Cesar Trindade Guilherme

Amparo legal: Resolução nº 26/2023-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Data da assinatura: 11 de setembro de 2023.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
1	Impressora Laser	2
2	Notebook	2
3	Ar condicionado SPLIT 24.000/30.000 BTUS	1
4	Ar condicionado SPLIT 18.000 BTUS	1
5	Poltrona fixa	1
6	Mesa retangular	1
7	Carrinho	1
8	Unidade de processamento - CPU	1
9	Mesa	1
10	Longarina	1
11	Monitor de LCD	1
12	Monitor de vídeo	1
TOTAL DE ITENS		14



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 199/PGJ/2020

Processo nº PGJ/10/2839/2020 - PGA 09.2023.00000458-2

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, representada por **Francisco Lopes de Aguiar**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 35/PGJ/2020.

Amparo legal: Artigo 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Correção do valor mensal contratado, em decorrência da elevação do vale transporte, do reajuste do percentual de SAT, e da repactuação pela Convenção Coletiva de Trabalho.

Valor mensal: R\$ 330.998,95 (trezentos e trinta mil novecentos e noventa e oito reais e noventa e cinco centavos).

Vigência: 26.09.2023 a 06.01.2024.

Data de assinatura: 26 de setembro de 2023.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL

CAMPO GRANDE

EDITAL N. 0002/2023/19ªPJ/CGR

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 19ª Promotoria de Justiça de Campo Grande faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (DOMP), se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 002/2023, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O prazo é de 5 (cinco) dias, contados da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

Campo Grande/MS, 22 de setembro de 2023.

LÍVIA CARLA GUADANHIM BARIANI

Promotora de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 002/2023

PROVENIÊNCIA – 19ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS		PROCEDÊNCIA – 19ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS		
Órgão / Setor: 19ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS		Órgão / Setor: 19ª Promotoria de Justiça de Campo Grande/MS		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO	ANO INICIAL	ANO FINAL	
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL				
200 – Audiências – Pautas e Cópias de Processos Judiciais	Os documentos já cumpriram seu prazo de guarda, nos termos da Resolução nº 17/2022-PGJ.	2020	2022	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: LENICE MIE JOBOJI Campo Grande/MS, 22 de setembro de 2023.				

**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****BRASILÂNDIA****SAJMP Nº 09.2023.00010127-1****RECOMENDAÇÃO 0004/2023/PJ/BRS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça subscritor, no bojo do Procedimento Administrativo n. 09.2023.00010127-1 e no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 129 da Constituição Federal, pela Lei Federal n. 8.625/93, pela Lei Complementar Estadual n. 072/1994, pela Lei n. 8.069/190 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela Resolução n. 005/2012-CPJ, e

CONSIDERANDO que o Edital do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Brasilândia/MS, em atenção ao disposto no art. 5º, inciso I, da Resolução n. 231/2022 do CONANDA, fixou a data de 1º de outubro de 2023, para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar local;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 139, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e art. 5º, inciso III, da Resolução n. 231/2022 do CONANDA, compete ao Ministério Público a fiscalização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar; e, ainda,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a isonomia entre todos os candidatos, assim como prevenir e coibir a prática de condutas abusivas e/ou desleais, que podem importar, inclusive, na quebra do requisito da idoneidade moral expressamente exigido de todos os candidatos/membros do Conselho Tutelar pelo art. 133 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

RECOMENDA aos integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Brasilândia e aos candidatos habilitados ao processo de escolha em questão que observem as cautelas e vedações abaixo elencadas, relacionadas à campanha eleitoral e ao dia da eleição, sem prejuízo de outras previstas na legislação local, sob pena de adoção das medidas administrativas e criminais cabíveis:

01. É PERMITIDA A PROPAGANDA

- a. por meio de “santinhos” constando apenas número, nome e foto do candidato e *curriculum vitae*;
- b. mediante divulgação na internet desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;
- c. na internet nas seguintes formas: *i*) em página eletrônica do candidato ou em perfil em rede social, com endereço eletrônico comunicado à Comissão Especial e hospedado, direta ou indiretamente, em provedor de serviço de internet estabelecido no País; *ii*) por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, vedada realização de disparo em massa; *iii*) por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas, cujo conteúdo seja gerado ou editado por candidatos ou qualquer pessoa natural, desde que não utilize sítios comerciais e/ou contrate impulsionamento de conteúdo;

- d. por meio da participação em debates e entrevistas, desde que se garanta igualdade de condições a todos os candidatos.

02. É VEDADA A PROPAGANDA

- a. vinculada direta ou indiretamente a partido político ou que importe em abuso de poder político, econômico ou religioso. Vale ressaltar que não é vedada a filiação a partido, mas sim atividades que possam captar, por exemplo, sufrágio pela via da utilização de nome de Vereadores, Prefeitos, Secretários Municipais ou de agremiações políticas;
- b. que implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, tais como camisetas, chaveiros, bonés, canetas ou cestas básicas;
- c. feita por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;
- d. que prejudique a higiene e a estética urbana ou contravenha a posturas municipais ou a outra qualquer restrição de direito;
- e. que perturbe o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;
- f. de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (cinema, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada), inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus



e outros equipamentos urbanos;

- g. que caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;
- h. de qualquer natureza colocada em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes causem dano;
- i. mediante outdoors, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos à imediata retirada da propaganda irregular;
- j. por meio de rádio, televisão ou espaço de mídia em geral, mediante pagamento, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na internet;
- k. mediante anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público.

03. É VEDADO, AO LONGO DA CAMPANHA ELEITORAL

- a. a confecção, utilização, distribuição por candidato ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cesta básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor;
- b. a realização de showmício e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral;
- c. o uso de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;
- d. a contratação ou utilização, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais;
- e. o recebimento, direta ou indiretamente, de doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de entidade ou governo estrangeiro; órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do Poder Público; concessionário ou permissionário de serviço público; entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal; entidade de utilidade pública; entidade de classe ou sindical; pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior; entidades beneficentes e religiosas; entidades esportivas; organizações não governamentais que recebam recursos públicos; organizações da sociedade civil de interesse público;
- f. a participação, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas.

04. É VEDADO, NO DIA DA ELEIÇÃO, AO CANDIDATO E SEU PREPOSTO

- a. o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção comício ou carreata;
- b. a arregimentação (recrutar ou reunir) de eleitores ou a propaganda de boca de urna;
- c. o transporte de eleitores;
- d. distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- e. até o término do horário de votação, a aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.

05. É PERMITIDO no dia da eleição a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

06. É VEDADO aos fiscais dos candidatos, nos trabalhos de votação, a padronização do vestuário.

Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dar ampla divulgação do teor da presente recomendação a todos os candidatos, assim como à população em geral, devendo para tanto:

- 01. Encaminhar cópias impressas a todos os candidatos, por ocasião de reunião marcada para divulgação das regras de campanha, mediante recibo;
- 02. Imprimir e afixar cópias nos órgãos públicos e locais de grande circulação de pessoas, dando-lhe o devido destaque, juntamente com os demais editais publicados para divulgação do pleito e convocação dos eleitores;
- 03. Imprimir e afixar cópias nos locais de votação;
- 04. Publicar cópia eletrônica na página do órgão e/ou da Prefeitura Municipal local na rede mundial de computadores.
- 05. Divulgar amplamente telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha, com o registro e fornecimento do protocolo respectivo e envio de cópia ao Ministério Público.



ALERTA-SE, por fim, que o desrespeito às regras apontadas acima caracterizará inidoneidade moral, deixando o candidato ou a candidata passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ainda, importará na tomada das medidas judiciais cabíveis, inclusive no sentido da apuração da responsabilidade civil, administrativa e mesmo criminal dos agentes que, por ação ou omissão, violarem ou permitirem a violação das normas e princípios que regem o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, a teor do disposto no art. 5º, art. 208, art. 216, parágrafo único, e art. 232, todos do Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Fica estabelecido o prazo de 03 (três) dias para que sejam informadas as providências tomadas no sentido do cumprimento da presente recomendação.

Encaminhe-se cópia da Recomendação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Brasilândia/MS, bem como ao Juízo da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Brasilândia/MS.

Por fim, encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao setor responsável, para a competente publicação no Diário Oficial do Ministério Público.

Brasilândia, 22 de setembro de 2023.

ADRIANO BARROZO DA SILVA
Promotor de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº 0013/2023/11PJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública instauração de Inquérito Civil, a partir da evolução da Notícia de Fato n. 01.2023.00001634-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através site <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00001046-2

Requerente: Azelio Rodrigues.

Investigado: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. – SANESUL e Ambiental MS Pantanal SPE S.A.

Assunto: Apurar as causas e consequências do descumprimento das condicionantes ns. 4, 5 e 6 da RLO 054/2019, a qual encontra-se em fase de renovação sob o n. 1061/2023 em âmbito municipal..

Dourados, 26 de setembro de 2023.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

**PONTA PORÃ**

EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0055/2023/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 20/05/2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Município de Ponta Porã, referente à regularização das áreas urbanas irregulares no bojo do Inquérito Civil nº 06.2016.00000855-4, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 18 de setembro de 2023

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça